



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

APRESENTAÇÃO DO MAOT NO DEBATE SOBRE
ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2011

10 de Novembro de 2011



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

Índice

1. Introdução	3
2. Total de Dotações do MAOT	3
3. Funcionamento	3
4. PIDDAC	5
5. Prioridades Políticas	7
5.1. <i>Litoral</i>	7
5.2. <i>Conservação da Natureza</i>	8
5.3. <i>Política de Cidades e Habitação</i>	9
5.4. <i>Resíduos</i>	10
5.5. <i>Recursos Hídricos</i>	11
5.6. <i>Alterações Climáticas</i>	12
5.7. <i>Outras prioridades políticas</i>	13
5.7.1. <i>Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais</i>	13
5.7.2. <i>Política do Solo</i>	13
5.7.3. <i>Integração da gestão ambiental nas políticas sectoriais</i>	13
ANEXO I - ORÇAMENTO - RECURSOS HÍDRICOS	15
ANEXO II - POLÍTICA DE CIDADES E HABITAÇÃO (OE 2011 – DESPESA)	17
ANEXO III - ORÇAMENTO - POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	18
ANEXO IV - ORÇAMENTO - POLÍTICA DO LITORAL	19



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

1. Introdução

A presente nota tem como objectivo explicitar de uma forma sintética a proposta de Orçamento para 2011 do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT). A informação encontra-se estruturada da seguinte forma:

- Ponto 2 - total de dotações do MAOT;
- Ponto 3 - orçamento de Funcionamento;
- Ponto 4 - orçamento do PIDDAC;
- Ponto 5 - prioridades políticas.

2. Total de Dotações do MAOT

O total de dotações no MAOT para Funcionamento e PIDDAC em 2011 é de **590,7 M€**. Face ao ano de 2010 há uma descida de **123,7 M€** (17,3%). No quadro seguinte discriminam-se essas dotações bem como se efectua uma comparação entre 2011 e 2010.

Orçamentos	2011	2010	Diferencial entre 2011 e 2010	Diferencial percentual entre 2011 e 2010
Funcionamento	358,1	431,4	-73,3	-17,0%
PIDDAC	232,6	283,0	-50,4	-17,8%
Total	590,7	714,4	-123,7	-17,3%

3. Funcionamento

O total das dotações orçamentais de Funcionamento previstas para o MAOT na proposta de OE (2011), é de **358,1 M€**. No quadro seguinte sintetizam-se as fontes de financiamento:



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

Dotações de Funcionamento

Fontes de Financiamento	Montante	Estrutura de Distribuição Percentual
Receitas Gerais	99,1	27,7%
Outras Receitas	259,0	72,3%
Total	358,1	100,0%

A componente “Receitas Gerais” inclui uma transferência da DGTF para o IHRU no valor de **3,4 M€** destinada ao pagamento de bonificação de juros no âmbito de empréstimos à habitação e **0,7 M€** relativos a uma transferência a efectuar para o IGFSS destinado a encargos com subsídios de rendas.

No que respeita à componente “Outras Receitas” há a referir o seguinte:

- Do total das “Outras Receitas”, cerca de **150 M€** correspondem ao IHRU, com origem, essencialmente, em juros, em venda de habitações e terrenos, em rendas, em reembolso de empréstimos concedidos e em empréstimos contraídos. Esta composição reflecte a principal actividade do IHRU: concessão de crédito no âmbito dos programas de habitação social, habitação a custos controlados e reabilitação urbana;
- Em “Outras Receitas” encontram-se ainda incluídas as verbas do Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos (**17 M€**), do Fundo de Intervenção Ambiental (**1 M€**) e do Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade (**1 M€**);
- As restantes verbas da Componente “Outras Receitas” dizem respeito a receitas próprias dos organismos do MAOT com origem em taxas e prestação de serviços (Ex: TGR; TRH, coimas, etc).

Numa análise comparativa entre as dotações de 2010 e 2011 destinadas ao Funcionamento do MAOT, constata-se que essas dotações descem, em 2011, 73,3 milhões de euros (17,0%). Esta descida é de 8,9 M€ em Receitas Gerais (8,2%) e de 64,4 M€ (19,9%) em Outras Fontes, conforme se discrimina no quadro que se segue.

Comparação entre as Dotações de Funcionamento de 2010 e 2011

Fontes de Financiamento	2010	2011	Diferencial entre 2011 e 2010	Diferencial percentual entre 2011 e 2010
Receitas Gerais	108,0	99,1	-8,9	-8,2%
Outras Receitas	323,4	259,0	-64,4	-19,9%
Total	431,4	358,1	-73,3	-17,0%

A descida das Outras Receitas é explicada pelo decréscimo destas receitas no orçamento do IHRU. Esta descida tem origem na diminuição da actividade creditícia do IHRU, devido à diminuição da procura de crédito para a habitação por parte de municípios, cooperativas e empresas de construção a custos controlados.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

Importa referir que apesar das Receitas Gerais do MAOT terem descido em 2011 face a 2010 (8,9 M€), o orçamento do MAOT em Funcionamento passou a assegurar ainda:

- despesas relativas à obrigação que os Serviços passam a ter , a partir de 2011, de descontar 3% para a ADSE. Esta despesa é de cerca de 1,4 M€
- cerca de 1,3 M€de despesas que anteriormente se encontravam no PIDDAC e que devido à sua natureza passaram a estar orçamentadas em Funcionamento. Discriminam-se de seguida estas despesas:
 - indemnizações por prejuízos causados pelo Lobo - ICNB (600.000 euros);
 - relacionadas com a gestão do Centro do Lince - ICNB (150.000 euros);
 - demolições com o objectivo da reposição da legalidade em matéria da conservação da natureza - ICNB (250.000 euros);
 - cooperação para o desenvolvimento com os países da CPLP- DPPRI (300.000 euros).

4. PIDDAC

O PIDDAC previsto para o MAOT na proposta do OE, para 2011, ascende a **232,6 M€** representando 10,3% do total do PIDDAC na proposta de OE para 2011.

A estrutura das fontes de financiamento do PIDDAC consta do quadro que se segue.

Dotações de PIDDAC

Fontes de Financiamento	Montante	Estrutura de Distribuição das Fontes de Financiamento
Receitas Gerais	67,5	29,0%
Outras Receitas	76,9	33,1%
Financiamento Comunitário	88,1	37,9%
Total	232,6	100,0%

A componente “Outras Receitas” corresponde no essencial a verbas afectas ao IHRU com origem em empréstimos contraídos e em reembolso de empréstimos concedidos. O remanescente é essencialmente relativo a transferências previstas do IFDR para as CCDR (para as Assistências Técnicas do QREN) e do FPRH para as ARH.

Através de uma análise comparativa entre as dotações, de 2010 e 2011, afectas ao PIDDAC do MAOT, constata-se que em 2011 há uma descida de 50,4 M€(17,8%). Esta descida é de 19,5 M€ em Receitas Gerais (22,4%), de 17,2 M€ (18,3%) em Outras Receitas e de 13,8 M€ em Financiamento Comunitário (13,5%). No quadro seguinte compara-se as dotações no ano de 2011 com 2010.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

Comparação entre as Dotações de PIDDAC de 2010 e 2011

Fontes de Financiamento	2011	2010	Diferencial entre 2011 e 2010	Diferencial percentual entre 2011 e 2010
Receitas Gerais	67,5	87,0	-19,5	-22,4%
Outras Receitas (Fin. Nacional)	76,9	94,1	-17,2	-18,3%
Financiamento Comunitário	88,1	101,9	-13,8	-13,5%
Total	232,6	283,0	-50,4	-17,8%

Sobre a diminuição das Receitas Gerais há a referir o seguinte:

- A diminuição das Receitas Gerais relaciona-se com as necessidades de consolidação orçamental com vista a atingir o objectivo do défice para 2011.
- Esta diminuição é menor do que aparente pois há cerca de 1,3 M€ de despesas que anteriormente estavam orçamentadas no PIDDAC mas que devido à sua natureza, em 2011, passaram a estar orçamentadas no Funcionamento.

No que respeita à diminuição das Outras Receitas, essa diminuição explica-se, essencialmente, por uma descida desta componente no IHRU que se relaciona com o abrandamento da execução por parte dos municípios, de projectos de realojamento apoiados pelo IHRU a fundo perdido.

As dotações PIDDAC do MAOT encontram-se integradas a quase 100% no Programa Orçamental 015 “Ambiente e Ordenamento do Território” - 232,6 milhões de euros e de forma muito residual no Programa Orçamental 021 “Cooperação para o Desenvolvimento”.

No PIDDAC do MAOT salientam-se, em termos de dimensão financeira, as Medidas M030 – Habitação e Serviços Colectivos - Habitação e M033 – Habitação e Serviços Colectivos – Protecção do Ambiente e Conservação da Natureza do Programa Orçamental 015 “Ambiente e Ordenamento do Território”, as quais representam, respectivamente, 40,4% (93,8 M€) e 30,5% (70,9 M€) da participação do MAOT nas despesas de investimento e desenvolvimento da Administração Central.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

5. Prioridades Políticas

No âmbito do MAOT foram definidas as seguintes prioridades políticas para concretizar ao longo de 2010:

- Plano de Acção para o Litoral: 27,7 M€ + Polis LITORAL (50 M€) + participação das Autarquias + ARHs através de candidaturas ao FPRH
- Conservação da Natureza: 10 M€
- Política de Cidades e Habitação: 213,8 M€
- Resíduos: 4,5 M€
- Recursos Hídricos: 37,2 M€+ Polis RIOS
- Alterações Climáticas: 45 M€(FP Carbono) dotação OE, receitas de lâmpadas e do gásóleo de aquecimento

Em Anexo apresentam-se quadros financeiros relativos às prioridades com maior reflexo no orçamento do MAOT. Não se apresenta nenhum quadro financeiro relativo à prioridade “Alterações Climáticas”, por as verbas afectas a esta prioridade corresponderem essencialmente ao orçamento do Fundo Português de Carbono, nem aos Resíduos por esta política de investimentos estar essencialmente centrada nos sistemas multimunicipais nos quais a EGF participa maioritariamente.

Nos pontos que se seguem esclarecem-se as políticas previstas para 2010 no âmbito das prioridades. À ordenação das políticas não corresponde uma escala de importância.

5.1. *Litoral*

Pese embora se verifique um decréscimo de dotação orçamental de PIDDAC face ao ano anterior, em 2011, verificar-se-á, na realidade, um claro crescimento do investimento a efectuar na defesa e qualificação da zona costeira, uma vez que as sociedades Polis do Litoral executarão diversas obras, em cumprimento do seu plano de execução, com um investimento de cerca de 50 M€

Acresce ainda que a implementação dos instrumentos de política acima referidos nem sempre têm tradução directa no orçamento do MAOT ou das Sociedades Polis, uma vez que diversas autarquias levarão a efeito importantes investimentos no litoral, no âmbito da execução dos POOC, e as ARH poderão recorrer ao Fundo de Protecção de Recursos Hídricos para a execução de obras no litoral. Todas estas obras podem, ainda, ser co-financiadas pelos Programas Operacionais Regionais

Esta linha de orientação orçamental reflecte a continuidade da consideração do Litoral como uma das áreas de intervenção prioritárias do MAOT, através do desenvolvimento de uma política integrada e da implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), com tradução num programa de investimentos estruturais de defesa costeira e na elaboração de planos de acção para uma adequada prevenção e protecção



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

do litoral, agora suportada em princípios de gestão integrada consignados na Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira.

O Plano de Acção “Litoral 2007-2013”, identifica as acções prioritárias a levar a efeito nesse período, considerando dois grandes grupos: prioridades nacionais, acções prioritárias de âmbito nacional cuja premência de concretização está associada à existência de risco potencial para pessoas e bens, e as prioridades regionais, acções que a nível regional assumem importância significativa para a valorização das áreas costeiras.

Em 2010 os investimentos foram executados em cumprimento deste Plano de Acção, beneficiando do recurso a verbas de dois instrumentos de política para o litoral previstos nos programas operacionais do QREN: “Combate à erosão e defesa costeira” (POVT) e “Acções de Valorização do Litoral” (PORs).

5.2. Conservação da Natureza

No âmbito da Conservação da Natureza:

- Prosseguirá a revisão da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, à luz dos resultados da 10ª Conferência das Partes (COP) da Convenção para a Diversidade Biológica (CDB), em Nagóia, Japão, Outubro de 2010.
- Será consolidada a fase de conservação in-situ (reprodução em cativeiro) do Plano de Acção para a conservação do lince ibérico, e dar-se-á início à preparação das primeiras zonas para a fase seguinte, visando a libertação confinada dos primeiros animais em semi-cativeiro.
- Serão igualmente prosseguidas outras acções com vista à protecção de espécies e populações protegidas e/ou ameaçadas;
- Serão promovidas e apoiadas iniciativas de criação de novas áreas protegidas locais, regionais ou privadas, e a sua integração na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), promovida a classificação de novas reservas da Biosfera e impulsionado o alargamento da rede de áreas marinhas protegidas, dentro e fora das águas de jurisdição nacional.
- Será operacionalizado o Fundo para a Conservação da Natureza e Biodiversidade, regulamentado em 2010, com vista a poder apoiar os primeiros projectos de conservação da natureza.
- Será dada particular atenção à recuperação das áreas prioritárias das Áreas Protegidas afectadas pelos incêndios de 2010 e ao reforço das políticas que vinham sendo desenvolvidas na mitigação e prevenção de fogos florestais e de recuperação de zonas ardidas.
- Será dada prioridade aos meios de vigilância e de primeira intervenção de fogos nas Áreas Protegidas.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

5.3. Política de Cidades e Habitação

A Proposta de Lei do OE para 2011 contempla financiamentos para a Política de Cidades e a Habitação de cerca de 213,8 M€ (não inclui cerca de 20 M€ que se encontram inscritos na DGTF para arrendamento urbano Porta 65 Jovem), dos quais 111 M€ sob a forma de crédito a conceder pelo IHRU e o restante na forma de subsídios, comparticipações e outras despesas de investimento.

A redução do montante de receitas gerais inscritas em PIDDAC, relativamente à dotação inicial de 2010, é justificada essencialmente por três factores: decréscimo das necessidades de financiamento dos programas da DGOTDU que estão em fase de finalização, principalmente do Programa Polis; decréscimo das necessidades de financiamento de alguns programas do IHRU, incluindo os que se encontram em fase de encerramento como a reconstrução do parque habitacional das Ilhas do Pico e do Faial e o programa apoiado pelos Fundos EFTA a regiões socialmente deprimidas (Rabo de Peixe na Região Autónoma dos Açores e Alagoas na região do Douro); e ajustamento das disponibilidades orçamentais ao que se espera possa ser a procura de comparticipações no âmbito dos programas de realojamento e reabilitação urbana.

Para compreender esta evolução importa ter em conta a natureza do PIDDAC do IHRU que, no essencial, é composto por financiamentos, sob a forma de comparticipações, de investimentos de outras entidades, principalmente municípios, em habitação de finalidade social e em reabilitação de edifícios, ficando a execução dependente das respectivas iniciativas.

As dotações de receitas gerais foram, no entanto, reforçadas para as operações de qualificação e reinserção urbana em Bairros Críticos e as Parcerias para a Regeneração Urbana cuja execução depende da iniciativa do IHRU.

As dotações PIDDAC para a reabilitação habitacional aumentam cerca de 165% relativamente à dotação inicial de 2010, devido ao aumento do financiamento através de outras receitas. Parte destas verbas reportam-se à mobilização pelo IHRU de receitas próprias para a constituição de Fundos para a Reabilitação Urbana os quais se espera possam vir a contar com recursos provenientes da Iniciativa JESSICA¹.

No ano de 2011 entrarão em actividade os Fundos de Desenvolvimento Urbano (FDU) no âmbito da iniciativa JESSICA. Prevê-se que o IHRU se candidate à constituição de fundos para a reabilitação urbana associando capitais provenientes das suas receitas a financiamento oriundo do JESSICA.

No PIDDAC do IHRU releva-se também a inclusão de verbas para financiar a reabilitação do seu parque habitacional.

Nas despesas de funcionamento do IHRU destacam-se as correspondentes à sua actividade de concessão de crédito aos promotores de programas habitacionais e às sociedades de reabilitação urbana.

¹ Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

A variação, no sentido de decréscimo, do PIDDAC da DGOTDU nas áreas da política de cidades corresponde ao facto dos projectos em causa estarem em fase de finalização (Programa Polis, Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas, Qualificação de Áreas de Uso Público e Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva).

Com investimento significativo em 2011, mas sem tradução directa no orçamento do MAOT, destacam-se os programas de acção aprovados no âmbito dos instrumentos da Política de Cidades previstos nos Programas Operacionais Regionais e no Programa Operacional Temático Valorização do Território do QREN: “Parcerias para a Regeneração Urbana” (PRU), “Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação” (RUCI) e “Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano” (AIDU). Estes programas atingem cerca de 818,8 M€ de FEDER que já estão a ser executados e continuarão a ser executados nos próximos 2 anos.

Neste âmbito as PRU são o instrumento de política que mobiliza maior volume de recursos, financiando Programas de Acção integrados de regeneração urbana, preparados e implementados por Parcerias Locais lideradas por municípios, podendo incidir sobre operações integradas de valorização de áreas de excelência urbana (nomeadamente centros históricos, frentes ribeirinhas e marítimas), operações integradas de recuperação e qualificação de áreas periféricas e refuncionalização de áreas abandonadas ou com usos desqualificados, bem como em operações integradas de requalificação e reinserção urbana de bairros críticos.

5.4. Resíduos

No domínio da Gestão de Resíduos destacam-se as seguintes prioridades para 2010:

- Será aprovada o Plano Nacional de Resíduos.
- Impulsionar-se-á a execução da Estratégia para os Combustíveis Derivados de Resíduos, com promoção da produção e escoamento destes combustíveis alternativos.
- Serão criadas condições para a implementação de soluções adequadas para a gestão de lamas de ETAR.
- Proceder-se-á à revisão do regime jurídico de gestão de embalagens e resíduos de embalagens bem como do licenciamento das correspondentes entidades gestoras.
- Serão criadas as condições para a gestão integrada dos consumíveis informáticos usados.
- Serão promovidos os concursos para atribuição de verbas da taxa de gestão de resíduos para financiamento de projectos de gestão de resíduos e será aprovado instrumento legislativo para a operacionalização da taxa de gestão de resíduos para resíduos recicláveis de origem não urbana.
- Prosseguir-se-á a operacionalização do mercado organizado de resíduos.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

- Será dada continuidade às medidas preconizadas no Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos, de entre as quais as direccionadas para a minimização de resíduos persistentes de plástico através de acções no domínio do incentivo à utilização de sacos reutilizáveis e ao consumo da água da torneira.
- Prosseguirá a infra-estruturação do país para a valorização dos resíduos sólidos urbanos, estando prevista a entrada em funcionamento de novas unidades de Tratamento Mecânico e Biológico bem como o desenvolvimento de novos projectos já aprovados no Eixo VIII do POVT e prosseguir-se-á a política de eliminação de grandes passivos ambientais a qual será complementada com a criação de um quadro legal no domínio dos solos contaminados.
- No domínio da fiscalização/inspecção, será dada continuidade à operação nacional de fiscalização da gestão de resíduos, com enfoque particular nos resíduos gerados no sector da construção e demolição, bem como na conclusão da acção de erradicação de depósitos ilegais de veículos em fim de vida.

5.5. Recursos Hídricos

Em 2011, no domínio dos recursos hídricos, será prosseguida a política de criação de valor, que perspectiva a água como um eixo motor para uma estratégia sustentável de crescimento económico e de emprego. A política da água procurará defender e promover o valor da água e dos ecossistemas associados como elementos de suporte à competitividade e à qualidade territorial reconhecendo-os, também, como indiscutíveis mediadores de serviços ambientais.

Nesse sentido, as Administrações de Região Hidrográfica continuarão a consolidar a sua missão, focada na protecção e valorização dos recursos hídricos e continuarão a encorajar e promover uma dinâmica de desenvolvimento local e regional, através de parcerias de proximidade, designadamente com os municípios, empresas e organizações não governamentais. Merece forte destaque a conclusão da elaboração dos planos de gestão de bacia hidrográfica e a sua colocação em discussão pública por parte das Administrações de Região Hidrográfica.

O lançamento de planos de estuário continuará a ser efectuado de acordo com o calendário já iniciado, a par da revisão dos planos de ordenamento da orla costeira e de albufeiras de águas públicas. Juntamente com estas acções no domínio do planeamento, dar-se-á continuação às intervenções concretas de protecção e sistematização fluvial e de defesa costeira, desenvolvidas, em parte, com o apoio do Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos.

O conceito de operacionalização de intervenções territorialmente coerentes em sinergia, expandido para a reabilitação e valorização fluvial durante o ano de 2010, designadamente através do pioneiro Polis do Rio Tejo, será consolidado em 2011, através de outras intervenções no âmbito do Polis dos Rios.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

Tendo em vista a melhoria do perfil de oferta de energia renovável e sustentável em Portugal, serão implementados aproveitamentos hidroelétricos na tipologia de pequena dimensão, suportados por uma estratégia compreensiva de gestão da bacia hidrográfica, em paralelo com a implementação do Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico.

No que concerne ao conhecimento e informação em recursos hídricos, manter-se-á a tendência de ampliação das redes de monitorização da qualidade ecológica e consolidar-se-á a capacidade de gestão dos riscos de escassez e de cheias, neste caso com a conclusão da estratégia nacional de índole adaptativa para fazer face aos impactes da variabilidade climática mediados pela água.

5.6. Alterações Climáticas

Dado a transversalidade sectorial das alterações climáticas e das emissões com efeito de estufa, o papel do MAOT é essencialmente de coordenação, nomeadamente no contexto da Comissão para as Alterações Climáticas. Neste sentido, é de relevar politicamente para 2011:

- Prosseguir-se-á com as duas grandes linhas de actuação: mitigação por redução de emissões, e adaptação aos impactos das alterações climáticas.
- Prosseguir-se-á a avaliação do estado de cumprimento do Protocolo de Quioto. Neste âmbito, dar-se-á continuidade à monitorização do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) e do rumo de redução de emissões verificado desde 2005.
- Os investimentos pelo Fundo Português de Carbono (FPC) serão acompanhados com vista a assegurar complementarmente o pleno cumprimento dos compromissos internacionais, incluindo os de apoio célere a países em vias de desenvolvimento.
- Proceder-se-á à preparação do período pós-Quoto, através de uma estratégia nacional de baixo carbono, dando-se início à preparação de um PNAC de 2.^a geração para assegurar as metas nacionais de redução de emissões até 2020.
- Prosseguirão os trabalhos de aplicação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

5.7. Outras prioridades políticas

5.7.1. Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

No âmbito do “Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais”, promover-se-ão as seguintes iniciativas:

- Continuidade das acções de implementação do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II);
- Implementação do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água.

5.7.2. Política do Solo

Em 2011, assumirá especial relevância o desenvolvimento do projecto de uma nova lei do solo, no âmbito do qual serão debatidas as matérias e decididas as questões estruturantes sobre o estatuto e a apropriação do solo nas suas diversas dimensões e valências, incluindo a definição e clarificação das suas funções básicas e da sua utilização e o conteúdo do direito de propriedade e dos correspondentes direitos e deveres dos respectivos titulares, bem como dos direitos e deveres da Administração face aos titulares de direitos reais sobre o solo.

5.7.3. Integração da gestão ambiental nas políticas sectoriais

Na linha da integração do ambiente em todas as políticas sectoriais, que é o modo que tem vindo a ser adoptado para que haja um reflexo crescente da gestão ambiental por parte dos sectores com incidências ambientais significativas:

- Dar-se-á continuidade à linha de integração do ambiente em todas as políticas sectoriais, prosseguindo com a reforma fiscal ambiental, no sentido de desonerar produtos e serviços relevantes para a eficiência energética, para as energias renováveis e para o ambiente em geral, e onerando actividades e produtos de cariz insustentável, poluente ou ineficiente.
- Proceder-se-á à consolidação da política de compras públicas ecológicas, com especial relevância na eficiência energética, nas obras públicas e na construção sustentável e, ainda, no transporte das entidades públicas.
- A integração de critérios ambientais prosseguirá, igualmente, numa perspectiva operacional e procedimental, dando sequência à linha de simplificação de procedimentos e promoção da articulação inter-ministerial no sentido de



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

antecipação de condicionalismos relevantes, bem como intensificando as acções de fiscalização e de pós-avaliação.

- Proceder-se-á, assim, ao reforço das acções de fiscalização e inspecção no âmbito da aplicação da legislação ambiental.
- Será dada continuidade à operacionalização do regime jurídico relativo à responsabilidade por danos ambientais, bem como do Fundo de Intervenção Ambiental.
- Serão prosseguidas iniciativas de sensibilização e educação ambiental, bem como de aprofundamento da cooperação com as organizações não governamentais de ambiente.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

ANEXO I - ORÇAMENTO - RECURSOS HÍDRICOS

Organismos	2011				
	Receitas Gerais	Auto-financiamento	Transf. no âmbito das AP	Fundos Com.	Total
ARH Norte	708.976	0	310.922	2.592.771	3.612.669
Elaboração dos PGBH sob jurisdição da ARH do Norte	495.000		117.575	1.837.725	2.450.300
Estudos de monitorização em áreas ambientalmente sensíveis	37.500		159.012	589.538	786.050
Sistemas de monitorização	153.976				153.976
Territórios Fluviais Europeus	1.250			3.750	5.000
Qualidade ambiental das reservas naturais fluviais internacionais e do meio aquático	1.250		20.347	64.795	86.392
Reabilitação e dinamização da rede de ecossistemas intertidais e ribeirinhos do Vale do Minho	17.500		13.988	94.463	125.951
Projecto a candidatar ao QREN	2.500			2.500	5.000
ARH Centro	742.490	0	1.000.000	4.679.350	6.421.840
Caracterização ecológica da água e da presença de substâncias perigosas	160.852			1.112.150	1.273.002
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Centro	43.027			1.315.028	1.358.055
Regularização fluvial e protecção marginal nas bacias hidrográficas da região	183.269			1.404.015	1.587.284
Desenvolvimento e implementação do SIG para planeamento e gestão dos recursos hídricos	161.124			653.939	815.063
Projecto a candidatar ao QREN	194.218			194.218	388.436
Projecto a candidatar ao QREN			1.000.000		1.000.000
ARH Tejo	1.645.056	0	915.748	4.853.458	7.414.262
Elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e do Plano de Bacia Hidrográfica das ribeiras do Oeste	226.837			724.575	951.412
Planeamento dos recursos hídricos na área da Grande Lisboa e da Península de Setúbal	797.908				797.908
Projecto Alcanena Centro			28.506	85.517	114.023
Elaboração do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo - Lisboa	156.848			156.848	313.696
Elaboração do Plano de Gestão Hidrográfica do Tejo	336.250			504.375	840.625
Elaboração do Plano de Ordenamento do estuário do Tejo - Alentejo	10.764			16.147	26.911
Projecto Alcanena - Alentejo			47.732	102.283	150.015
Vala de Braquenizes e zona envolvente - reabilitação e requalificação			175.200	262.800	438.000
Guia metodológico para elaboração de plano de gestão de risco de inundações para zonas urbanas			30.500	61.000	91.500
Envitejo - Sistema de informação e gestão ambiental do Estuário do Tejo e região envolvente			39.375	78.750	118.125
Levantamento com tecnologia LIDAR aerotransportada de alta precisão da área de inundação do rio Tejo - Alentejo			14.731	441.914	456.645
Caracterização e desenvolvimento de propostas para a requalificação e valorização das margens do rio Tejo - Alentejo			10.671	135.936	146.607
Reabilitação dos diques da Malã, Labruja e S. João, no concelho da Golegã			21.345	529.736	551.081
Sinalização de albufeiras de águas públicas, Montargil, Maranhão, Divor e Apartadura - Alentejo			34.070	255.527	289.597
Empreitada para a reabilitação da célula de lamas não estabilizadas da ETAR de Alcanena			513.618	1.498.050	2.011.668
Acompanhamento da elaboração do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo	116.449				116.449
ARH Alentejo	1.456.028	0	1.929.430	3.127.050	6.512.508
Monitorização de recursos hídricos	100.000			150.000	250.000
Planeamento e gestão das regiões hidrográficas do Sado e Mira	305.000			457.500	762.500
Ações de valorização e sistematização da rede hidrográfica	10.000		30.000	60.000	100.000
Adaptação às alterações climáticas	10.000		70.000	120.000	200.000
Projecto a candidatar ao QREN			75.000	175.000	250.000



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

Projecto a candidatar ao QREN			75.000	175.000	250.000
Projecto a candidatar ao QREN			160.000	240.000	400.000
Projecto a candidatar ao QREN			100.000	150.000	250.000
Projecto a candidatar ao QREN			60.000	90.000	150.000
Acções de sistematização fluvial e valorização da rede hidrográfica			128.600		128.600
ARH Algarve	515.514	0	615.415	754.775	1.885.704
Reabilitação da bacia de dissipação da barragem do Funcho	3.299				3.299
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve	340.475			340.475	680.950
Conservação e valorização da rede hidrográfica - QREN	98.175			98.175	196.350
Recuperação de rios - RICOVER	19.715			40.365	60.080
Projectos a candidatar ao QREN			105.000	105.000	210.000
Valorização ambiental da ribeira da Foupana e da ribeira da Foupanilha				45.110	45.110
Investigação e transferência transfronteiriça Espanha - Portugal	31.020			72.380	103.400
Estudo de caracterização ecológica das massas de água do Algarve	19.830			46.270	66.100
Protecção e Valorização dos recursos hídricos do Algarve			510.415		510.415
Qualidade das águas balneares - Modelação de alerta	3.000			7.000	10.000
Sub-Total	5.068.064	0	4.156.100	16.007.404	25.846.983
INAG	8.266.007	0	0	3.060.553	11.326.560
Elaboração do POA de Odeleite - QREN/POR Algarve	9.624			9.624	19.248
Implementação do PNUEA (QREN)	134.807			314.550	449.357
Programa Nacional de Barragens (PNBEPH)	45.904				45.904
Implementação das medidas resultantes da Lei da Água	4.044.595				4.044.595
Implementação da medidas de segurança das barragens	2.620.870				2.620.870
Intervenções no aproveitamento hidráulico do Mondego	669.313			2.007.939	2.677.252
Construção da Ponte das Tercenas (rio Lis) -QREN/POR Centro	85.000			170.000	255.000
Escada de Peixes do Açude de Coimbra - QREN/POR Centro	168.480			505.440	673.920
Abertura do leito de cheia do rio Águeda (a candidatar ao QREN)	53.000			53.000	106.000
Acções de prot. e requalif. (amb. urbano e rede hidrográfica)	354.414				354.414
Acções no quadro dos compromissos internacionais e de coop.	80.000				80.000
TOTAL	13.334.071	0	4.156.100	19.067.957	37.173.543



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

ANEXO II - POLÍTICA DE CIDADES E HABITAÇÃO (OE 2011 – DESPESA)

euros

		Receitas gerais	Outras fontes (a)	Total
A) PIDDAC				
IHRU				
	Realojamento	10.333.254	35.000.000	45.333.254
	Açores-reconstrução habitacional	556.203		556.203
	Reabilitação	3.168.797	15.154.950	18.323.747
	Reabilitação do Parque habitacional do IHRU		15.670.050	15.670.050
	EFTA- apoio a regiões socialmente deprimidas		20.000	20.000
	EFTA- Operações de Qualif. Reins. Urb. Bairros Críticos	2.386.638	7.503.655	9.890.293
	Parcerias para a Regeneração Urbana	2.002.762	2.007.762	4.010.524
	<i>SUB-TOTAL</i>	18.447.654	75.356.417	93.804.071
DGOTDU				0
	Acções Integradas de Desenvolvimento- POLIS (b)	6.872.615		6.872.615
	Áreas Urbanas Degradadas- GTL	0		0
	Áreas Urbanas Degradadas- Obras	1.200.000		1.200.000
	Qualificação de Áreas de Uso Público	0		0
	Equipamentos urbanos de utilização colectiva	600.000		600.000
	<i>SUB-TOTAL</i>	8.672.615		8.672.615
				0
TOTAL PIDDAC		27.120.269	75.356.417	102.476.686
B) orçamento de funcionamento				
	IHRU- empréstimos (HCC, reabilitação urbana,...)	3.368.320	107.222.594	110.590.914
	SG MAOTDR -subsídio de renda (DL 68/86) (c)	721.805		721.805
	<i>SUB-TOTAL</i>	4.090.125	107.222.594	111.312.719
TOTAL (A+B)		31.210.394	182.579.011	213.789.405

(a) fundos comunitários, receitas próprias, empréstimos...

(b) não inclui os investimentos realizados pelas sociedades Polis

(c) No orçamento da DGTF estão inscritos 20,025 Milhões € para subsídios ao arrendamento urbano habitacional (NRAU e Porta 65)



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

ANEXO III - ORÇAMENTO - POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Investimentos	2011				
	OE - Cap.50º	Receitas Próprias	Fundos Comunitários	Outros	Total
ICNB					
1. Divulgação, acolhimento e visitação das áreas protegidas	1.161.610	149.507	1.803.788		3.114.905
2. Gestão activa e conservação de património natural	738.004		798.691	25.000	1.561.695
3. Alargamento da rede natura às áreas marinhas e gestão activa de parques marinhos em áreas protegidas	89.455		23.400	89.312	202.167
4. Conservação de espécies protegidas	287.206		318.884	20.000	626.090
5. Modernização do ICNB na interacção com os utilizadores	839.654		587.553		1.427.207
6. Aquisição de viaturas e outros equipamentos para reforço do sistema de prevenção, vigilância e primeira Intervenção em incêndios rurais em Áreas Protegidas	116.790		272.510		389.300
7. Investimentos diversos a candidatar ao QREN	341.790		984.698	8.600	1.335.088
TOTAL	3.574.509	149.507	4.789.524	142.912	8.656.452



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

ANEXO IV - ORÇAMENTO - POLÍTICA DO LITORAL

Organismos	2011				
	Receitas Gerais	Auto-financiamento	Transf. no âmbito das AP	Fundos Com	Total
ARH Algarve	260.400	0	384.585	1.584.478	2.229.463
Litoral Algarve-QREN-POVT	33.000			477.000	510.000
Litoral Algarve QREN			224.585	336.878	561.463
Sistema de Informação para Apoio à Reposição da Legalidade na Orla Costeira - SIARL	17.400			40.600	58.000
Risco Natural	210.000			490.000	700.000
Revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Odeceixe/Vilamoura POOV OV			160.000	240.000	400.000
ARH Alentejo	37.587	0	330.000	1.005.946	1.583.533
Projecto Litoral - Alentejo	37.587			56.380	93.967
Plano de Praia do Norte Canto Mosqueiro	200.000			300.000	500.000
Projecto de Reabilitação e Valorização da Praia da Costa de Santo André			28.600	42.900	71.500
Acções de Gestão de Risco em Arribas e outras Intervenções	10.000		221.400	606.666	838.066
Beneficiação de Infra-estruturas em Zonas Balneares Integradas em Zonas de Praia			80.000		80.000
ARH Centro	158.804	0	167.721	1.504.644	1.831.169
Requalificação Ambiental de Estruturas das Praias do Litoral Centro	151.979		167.721	1.129.694	1.449.394
Intervenção de Emergência na Praia do Furadouro	6.825			343.825	350.650
Sistema de Informação para Apoio à Reposição da Legalidade (SIARL) na Orla Costeira Continental				31.125	31.125
ARH Norte	16.551	0	121.385	321.850	459.786
Requalificação e Infra-estruturação do Litoral - Sistema de Informação para Apoio à Reposição da Legalidade na Orla Costeira (SIARL)	10.551			24.619	35.170
Intervenções Integradas de Protecção e Conservação da Zona Costeira Entre Esposende e Espinho/ARH Norte	6.000		121.385	297.231	424.616
ARH Tejo	24.030	0	259.452	1.606.945	1.890.427
Sistema de informação para apoio à reposição da legalidade (SIARL) - componente da ARH do Tejo I.P.	5.905			13.779	19.684
Gestão do risco no Litoral sob Jurisdição da ARH Tejo, I.P.	18.125			42.291	60.416
Requalificação de praias e equipamentos costeiros - PORN			24.125	48.250	72.375
Requalificação das Praias da Consolação e da Consolação Norte. Obra e Fiscalização			122.377	734.263	856.640
Criação e implementação de sistema de monitorização do Litoral sob jurisdição da ARH Tejo IP			84.071	196.166	280.237
Obras de Estabilização das Arribas das Praias do Concelho de Sintra			20.167	470.556	490.723
Projecto e Obra de Estabilização da Arriba da Praia da Poça (Estoril/Cascais)			8.712	101.640	110.352
Sub - total	497.372	0	1.263.143	6.023.863	7.994.378
IGP	135.000			314.989	449.989
Sistema de informação de apoio à reposição da legalidade na Orla Costeira do Continente	135.000			314.989	449.989
INAG	5.880.298	0	0	13.398.698	19.278.996
Revisão do POOC Ovar-Marinha Grande - QREN/POR Centro	100.600			100.600	201.200
Gestão Integrada de Zonas Costeira	118.000			275.333	393.333
Caracterização da Qualidade Ecológica da Água - Litoral (QREN)	99.200			278.134	377.334
Defesa Costeira, Protecção do Cordão Dunar e Requalificação da Praia da Vagueira	255.064			595.150	850.214
Alimentação Artificial das Praias da Costa da Caparica e de S. João da Caparica (QREN)	1.061.316			2.476.404	3.537.720
Alimentação Artificial da Praia D. Ana(QREN)	360.000			840.000	1.200.000
Alimentação Artificial da Praia da Albufeira (QREN)	321.001			749.003	1.070.004
Estabilização de Arribas (QREN)	590.100			1.376.900	1.967.000
Reabilitação dos Esporões Norte e Sul de Espinho, de Paramos e de Silvalde (QREN)	374.376			873.545	1.247.921



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

Cobertura Aerofotográfica da Faixa Costeira de Portugal Continental (QREN)	458.240			1.069.225	1.527.465
Dragagens e Defesa da Margem da Lagoa de Óbidos - QREN	775.744			1.810.070	2.585.814
Estabilização de Arribas da Nazaré, Consolação, Porto Novo, Formosa e Calada - QREN	688.138			1.605.683	2.293.821
Requalificação Ambiental da Lagoa de Óbidos - 2ª Fase	100.576				100.576
Dragagens e Defesa da Margem Sul da Lagoa de Óbidos - 2ª Fase	282.641			659.495	942.136
Reabilitação dos Esporões e das Defesas Aderentes de Cova gala, Lavos e Leirosa	295.302			689.156	984.458
TOTAL	6.512.670		1.263.143	19.737.550	27.723.363